



mpereira@globo.com.br

MERVAL PEREIRA



A decisão do ministro Eliseu Padilha de se demitir “num gesto político” abre uma nova trilha na disputa política pelo impeachment

O PMDB se move

A decisão do ministro Eliseu Padilha de se demitir “num gesto político”, que pode ser seguido por outros ministros do PMDB ligados ao vice-presidente Michel Temer, abre uma nova trilha na disputa política pelo impeachment da presidente Dilma.

O cientista político Carlos Pereira, da Fundação Getúlio Vargas no Rio, considera que esse é o momento da oposição, e vai ser necessário, mais do que nunca, que o PSDB lidere esse processo.

Ele lembra que, de acordo com a literatura sobre impeachment, a consistência e a extensão dos protestos de rua são os aspectos mais importantes para que processos de impeachment sejam bem-sucedidos.

Mas ressalta que outro aspecto também decisivo será a postura do PMDB, pois esse partido também vive um dilema de difícil resolução. Não sabe se deseja continuar jogando o jogo de coadjuvante (do “le-

gislador mediano”) ou o jogo de protagonista (“majoritário”).

Carlos Pereira acaba de apresentar um trabalho (em coautoria com Samuel Pessoa e Frederico Bertholini) em Tel Aviv, Israel, que exatamente analisa esse dilema. Se, por um lado, o jogo majoritário tem o potencial de gerar os maiores retornos para o PMDB em caso de ser o vencedor, também tem o risco de gerar os maiores custos.

Por outro lado, continuar jogando o jogo coadjuvante do legislador mediano não gera os maiores retornos, mas possibilita retornos suficientes para que as suas principais lideranças continuem sobrevivendo no jogo político.

No momento, o PMDB está dividido, tanto que, na negociação para montar a comissão que vai analisar o pedido de impeachment, ele deve ter quatro deputados favoráveis à saída, e quatro a favor da permanência de Dilma.

Se evoluírem as negociações internas, e outros ministros também saírem do governo, é possível que a maioria da representação do PMDB seja favorável ao impeachment. Segundo o estudo dos especialistas da

FGV-Rio, é mais fácil e mais barato para o governo ter um partido forte como o PMDB como coadjuvante na coligação, podendo assim maximizar o apoio político na legislatura com o menor custo possível.

Eles citam estudos recentes que demonstram que aumenta o custo de governar com um ministério heterogêneo ideologicamente e desproporcional no tamanho, como é o caso do da presidente Dilma, que já teve 39 ministérios, e agora tem 31, abrangendo o largo espectro político que, em teoria, vai da extrema-esquerda à extrema-direita. Se bem que no Brasil não existem partidos extremistas na disputa do poder real, apenas na periferia política, e que surgem na televisão apenas na retórica da propaganda gratuita eleitoral.

No entanto, e é o caso do PMDB, um aliado político de seu tamanho leva o governo a ter mais custos reais e políticos. É mais barato comprar um punhado de pequenos partidos do que um dos grandes. Foi esse raciocínio que levou o presidente Lula a montar seu primeiro ministério sem o PMDB, e, em consequência, aconteceu o mensalão.

No momento, a presidente Dilma está enfrentando um dilema que os analistas da FGV ressaltam em seu estudo: o presidente enfrentará um risco maior sendo muito próximo e muito dependente de um aliado partidário forte.

Mesmo que, como nos governos de Lula e Dilma eles tenham mantido coalizões partidárias bastante amplas para diluir o poder do PMDB, os pequenos partidos, por sua vez, sugam cada vez mais do governo, sabendo que seu papel é importante, tendo quase sempre desproporcionais compensações.

O Executivo pode também se sentir ameaçado por um partido forte que tenha a capacidade de desafiá-lo, mudando de posição e oferecendo um candidato à sucessão presidencial, advertem os estudiosos. A situação do PMDB no momento é mais desafiadora do que essa aventada pelo estudo acadêmico.

Ele não apenas já vem anunciando que terá um candidato à sucessão de Dilma, como, com a perspectiva do impeachment, começa a se mover para se apresentar como uma alternativa real aos problemas que o governo Dilma enfrenta.